

PROCESSO Nº

-50/12-

REG. PROC. Nº

-05-

FOLHA Nº

-24v-

**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**

Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 24/12

Dispõe sobre a criação de carteira de saúde bucal na rede municipal de educação - "Sorriso Nota 10".

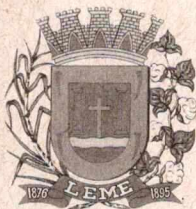
Autor: de Ver. José Eduardo Giacomelli.

AUTUAÇÃO

Aos 07 (sete) dias do mês de maio de 2012.
autuo o Proj. de Lei nº 24/12 em frente.

Eu, , subscrevi

A.C. nº 25



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME
Pr. 50/12 Fis. 02

PROJETO DE LEI N.º 24 /2012

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME
Prot N. 495 L. N.º 39 Fis. 123
Recebido em 07/05/2012
m
FUNCIONÁRIO

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARTEIRA DE SAÚDE
BUCAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO –
“SORRISO NOTA 10”**

Artigo 1º - Fica criada a carteira de saúde bucal para alunos da rede municipal de educação a ser oferecida gratuitamente pelo Poder Público.

Artigo 2º - A Carteira de saúde bucal deverá:

- I – ser identificada com o nome de cada aluno;
- II – nome dos pais ou responsável;
- III – nome da escola e série em que está cursando;
- IV – idade;
- V - conter espaços para data e anotações referentes à situação bucal de cada paciente, periodicidade de no mínimo 01 (um) ano e meios disponíveis para agendamento dos atendimentos.

Artigo 3º - A carteira de saúde bucal deverá ser exigida por ocasião da matrícula dos alunos na rede Municipal de educação, devendo estar em dia com os agendamentos previstos.

Parágrafo único. Caso a carteira de saúde bucal não esteja em ordem, os pais ou responsáveis dos alunos deverão ser alertados

REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 50/12

fls. 14v, do Registro de Processo nº 05

Leme, 04 de maio de 20 12

Funcionário [assinatura]

A Assessoria Legislativa
para parecer em 07.5.12

[assinatura]
PRESIDENTE



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 50/12	Fis 03

para o fato e no caso de não comparecimento aos postos de atendimento local por prazo superior a um ano, o conselho tutelar deverá ser acionado para acompanhar o caso.

Artigo 4º - O Poder Público poderá celebrar convênios, contratos e acordos com o Governo Federal, Governo Estadual ou outros Entes da Federação, universidades, entidades públicas ou privadas e organizações não governamentais, respeitadas as normas legalmente estabelecidas, visando à execução e avaliação das ações instituídas por esta lei.

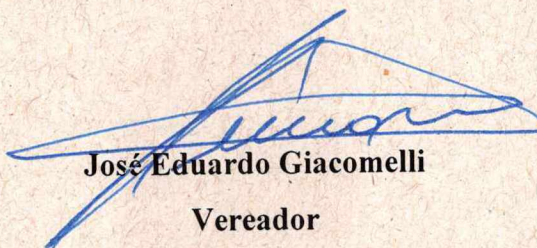
Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal deverá realizar palestras de educação em saúde bucal e entrega de Kit bucal.

Artigo 5º - O Poder Executivo deverá regulamentar esta lei, de acordo com o cronograma das Secretarias envolvidas.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Leme, 07 de maio de 2012



José Eduardo Giacomelli
Vereador



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 50/12	Fis 04
12/	

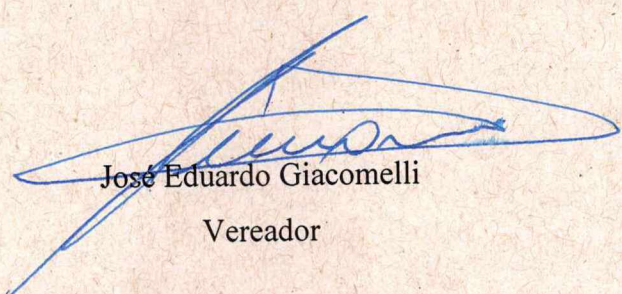
JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, visa criar a carteira de saúde bucal aos alunos da rede municipal de educação, com a finalidade do Município garantir e prevenir a saúde bucal dos alunos da rede pública Municipal, garantindo-lhes atendimento odontológico periódico e os meios disponíveis para agendamento dos atendimentos.

Sendo assim, seria medida de justiça e consideração aos alunos da rede pública Municipal a garantia da saúde bucal.

Desta feita, contamos com o apoio dos Pares para a aprovação da propositura.

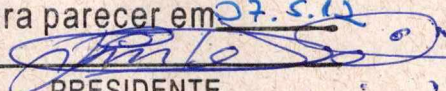
Leme, 07 de maio de 2012



José Eduardo Giacomelli

Vereador

A Assessoria Legislativa
para parecer em 07.5.12


PRESIDENTE

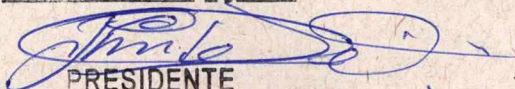


C.M. LEME	
Pr. 59/12	Fis. 05

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Ao Expediente

07 / 5 / 2012


PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☒

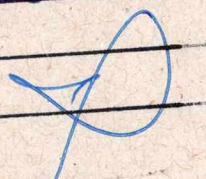
P.U.O.R.S. ☐

Em 07 / 5 / 12

VISTA

Em 08 de maio de 2012

Com vista Comissão C.J.F.

Funcionário 

JUNTADA

Em 10 de 05 de 20 12

raço juntada a estes autos. 20

parecer

Funcionário 



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 50/12	Fis 08
17	

PROJETO DE LEI Nº. 24/2012

EMENTA: Dispõe sobre a criação da carteira de saúde bucal na rede municipal de educação – “Sorriso Nota 10”.

AUTORIA: Vereador José Eduardo Giacomelli.

PARECER DA ASSESSORIA LEGISLATIVA

Senhor Presidente

O presente Projeto de Lei está bem redigido e instruído, estando em condições de tramitar por esta Casa Legislativa.

No mais, observando o disposto no “caput” do artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), o presente projeto de lei tem amparo na legislação federal:

“Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.” (grifei)

S.M.J. era o que tinha a opinar.

Sala da Assessoria Legislativa “Dr. Waldir José Baccarin”, em 10 de maio de 2012.

Fábio Aparecido Doniseti Alves
Assessor Legislativo

JUNTADA

Em 06 de 6 de 20 12

raço juntada a estes autos em

parecer

Funcionário 



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 50/12	Fis 07
M	

PROJETO DE LEI Nº. 24/2012

EMENTA: Dispõe sobre a criação de carteira de saúde bucal na rede municipal de educação – “Sorriso Nota 10”

AUTORIA: Vereador José Eduardo Giacomelli.

PARECER CONJUNTO

COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO

As Comissões de: Constituição, Justiça e Redação; Orçamento, Finanças e Contabilidade, e Contabilidade, Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo; reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresentam o relatório conjunto, que também é o voto de seus membros, bem como, o parecer:

1-) Trata-se de Projeto de Lei no qual o Nobre Edil busca criar a carteira de saúde bucal para alunos da rede municipal de educação a ser oferecida gratuitamente pelo Poder Público.

2-) O Projeto ora analisado encontra-se devidamente justificado sob os fundamentos: a criação da carteira de saúde bucal aos alunos da rede municipal de educação, tem como finalidade garantir e prevenir a saúde bucal dos alunos da rede pública municipal; garantir-lhes atendimento odontológico periódico; dispor meios para agendamento dos atendimentos.

3-) No entender da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, **o projeto é legal e não ofende a Constituição Federal, nem a Lei Orgânica do Município.** Por isso, somos de parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de Lei em questão, especialmente em virtude da legalidade justificada e adequação à legislação federal – artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

4-) Por seu turno, sob o aspecto do interesse público e da conveniência, não há qualquer óbice a ser colocado, porquanto, tratar-se de projeto que visa dar concretude ao artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para assistência e prevenção odontológica à população infantil e à alunos da rede pública municipal, razões porque as Comissões de Orçamento, Finanças e Contabilidade, e Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo emitem o parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira
Vieira, em 6 de junho de 2012.

Comissão de Constituição Justiça e Redação

Osvair Antunes da Silva
Presidente

Ademir Albano Lopes
Vice-Presidente

José Eduardo Giacomelli
Secretário

Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Osvair Antunes da Silva
Presidente

Eduardo Leme da Silva
Vice-Presidente

José Eduardo Giacomelli
Secretário

Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo

Ademir Albano Lopes
Presidente

Prof. João Machado
Vice-Presidente

Deuslene Aparecido Ferrette
Secretário

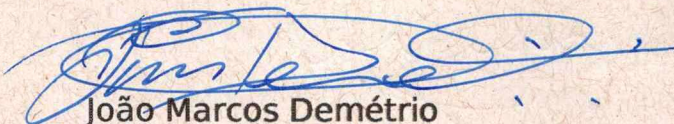
A Ordem do Dia


11/6/2012

PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 24/12 aprovado por unanimidade em 1ª e
2ª votações.

Leme, 11.06.12.


João Marcos Demétrio
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei 24/12

Dispõe sobre a criação da carteira de saúde bucal na rede municipal de educação – “SORRISO NOTA 10”

Artigo 1º - Fica criada a carteira de saúde bucal para alunos da rede municipal de educação a ser oferecida gratuitamente pelo Poder Público.

Artigo 2º - A carteira de saúde bucal deverá:

- I – ser identificada com o nome de cada aluno;**
- II – nome dos pais ou responsáveis;**
- III – nome da escola e série em que está cursando;**
- IV – idade;**
- V – conter espaços para data e anotações referentes a situação bucal de cada paciente, periodicidade de no mínimo 01 (um) ano e meios disponíveis para agendamento dos atendimentos.**

Artigo 3º - A carteira de saúde bucal deverá ser exigida por ocasião da matrícula dos alunos na Rede Municipal de Educação, devendo estar em dia com os agendamentos previstos.

Parágrafo Único - Caso a carteira de saúde bucal não esteja em ordem, os pais ou responsáveis dos alunos deverão ser alertados para o fato e no caso de não comparecimento aos postos de atendimento local por prazo superior a um ano, o Conselho Tutelar deverá ser acionado para acompanhar o caso.

Artigo 4º - O Poder Público poderá celebrar convênios, contratos e acordos com o Governo Federal, Governo Estadual ou outros Entes da Federação, universidades, entidades públicas ou privadas e organizações não governamentais, respeitadas as normas legalmente estabelecidas, visando a execução e avaliação das ações instituídas por esta Lei.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal deverá realizar palestras de educação em saúde bucal e entrega de kit bucal.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 5º - O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei de acordo com o cronograma das Secretarias envolvidas.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 11 de junho de 2.012.

João Marcos Demétrio
Presidente

